XI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FACULDADE DE DIREITO DA FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO – FMP (2022)

UMA NOVA ANÁLISE SOBRE DIREITOS REPRODUTIVOS E PLANEJAMENTO FAMILIAR: PERSPECTIVAS DA LEI 14.443 DE 2022

Autora: Geórgia Manfroi

Orientador: Conrado Paulino da Rosa

Instituição: Fundação Escola Superior do Ministério Público

Linha 02: Tutelas à efetivação dos direitos transindividuais

A pesquisa propõe-se a analisar a metamorfose dos direitos reprodutivos e de planejamento familiar no Brasil, em especial, sob a temática da autorização do cônjuge para os procedimentos de laqueadura e vasectomia, a idade necessária para tais procedimentos e demais requisitos legais previstos anteriormente e após a recente sanção da Lei 14.443 de 2022. O desenvolvimento do estudo utilizou-se do método dedutivo com a adoção do procedimento de consulta a obras bibliográficas e diplomas legais pertinentes ao tema. Desde 1996, a Lei do Planejamento Familiar (Lei 9.263) somente permitia a esterilização voluntária em homens e mulheres com capacidade civil plena e maiores de vinte e cinco anos de idade ou, pelo menos, com dois filhos vivos, desde que observado o prazo mínimo de sessenta dias entre a manifestação da vontade e o ato cirúrgico, ou ainda, risco à vida ou à saúde da mulher ou do futuro conceito, testemunhado em relatório escrito e assinado por dois médicos. Destaca-se que, a mesma Lei fez a ressalva de que, na vigência de sociedade conjugal, a esterilização dependeria do consentimento expresso de ambos os cônjuges. Ao longo dos anos, essa Lei foi alvo de críticas por limitar a autonomia de dispor sobre o próprio corpo e de assegurar um planejamento familiar. Por outro lado, recentemente, foi sancionada a Lei 14.443 de 2022, a qual altera a Lei do Planejamento Familiar. Não obstante, resta questionar quais foram as modificações efetuadas, e, se demonstram um avanço nos direitos reprodutivos, além de colaborar com um planejamento familiar que vai de encontro com as demandas atuais da sociedade. A referida Lei realizou alterações no sentido de diminuir de 25 para 21 anos a idade mínima de homens e mulheres para a realização de esterilização voluntária. Esse limite mínimo de idade não é exigido de quem já tenha ao menos dois filhos vivos. O texto legal também dispensa o aval do cônjuge para o procedimento de laqueadura e vasectomia. A Lei mantém o prazo mínimo de 60 dias entre a manifestação da vontade e o ato cirúrgico. Nesse tempo, a pessoa poderá acessar o serviço de regulação da fecundidade, com o acompanhamento de uma equipe multidisciplinar, para possibilitar ao paciente uma eventual desistência do procedimento. Além dessas alterações, a Lei define que o Sistema Único de Saúde (SUS) oferte em até 30 dias qualquer método e técnica de contracepção. Por outro lado, a proposição inova ao permitir à mulher a esterilização cirúrgica durante o período de parto. Conseqüentemente, conclui-se que o recente diploma legal superou positivamente as previsões legais anteriores e marcha em direção ao avanço dos direitos reprodutivos e familiares, em destaque, às mulheres, diante do cenário onde seus direitos sofrem constantes ataques.

Palavras-chave: Direitos reprodutivos; Planejamento familiar; Laqueadura; Vasectomia.